

Relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG de companhias listadas brasileiras

Relationship between recognition of provisions and ESG performance of Brazilian companies listed on the stock exchange

Relación entre el reconocimiento de provisiones y el desempeño ESG de las empresas brasileñas que cotizan en bolsa

Larissa Ribeiro Soares

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Doutoranda em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Uberlândia/MG, Brasil
larissaribeiro.00@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0448-5450>

Denise Mendes da Silva

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)
Professora Associada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia/MG, Brasil
denise.mendes@ufu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1490-5148>

Dermeval Martins Borges Júnior*

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Professor Adjunto na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO, Brasil
dermeval.junior@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0003-2279-449X>

Endereço de contato principal para correspondência *

Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, Prédio da FACE, 1109, CEP: 74690-900– Goiânia/GO, Brasil

Resumo

Este estudo tem o objetivo de examinar a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança (ESG) das companhias listadas brasileiras. Com abordagem quantitativa e regressão com dados em painel, a pesquisa analisa 97 empresas listadas na B3, entre 2014 e 2022. Os resultados indicam uma relação positiva entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental e de governança. As provisões sociais estão positivamente relacionadas ao desempenho social, enquanto as provisões ambientais apresentam uma relação negativa com o desempenho ambiental, quando mensuradas pelo seu valor monetário, e positiva, quando mensuradas por *dummies*. Os resultados obtidos podem auxiliar na tomada de decisões sobre alocação de capital, considerando não apenas os aspectos financeiros, mas também as informações voluntárias relacionadas ao desempenho ESG.

Palavras-chave: Reconhecimento de Provisões; Desempenho ESG; *Disclosure*

Abstract

This study aims to examine the relationship between the recognition of provisions and the environmental, social and governance (ESG) performance of Brazilian listed companies. Using a quantitative approach and panel regression, the research analyzes ninety-seven companies listed on B3, between 2014 and 2022. The results indicate a positive relationship between the recognition of provisions and environmental and governance performance. Social provisions are positively related to social performance, while environmental provisions have a negative relationship with environmental performance, when measured by their monetary value, and positive, when measured by *dummies*. The results obtained can assist in making decisions about capital allocation, considering not only financial aspects, but also voluntary information related to ESG performance.

Keywords: Recognition of Provisions; ESG performance; *Disclosure*

Resumen

Este estudio tiene como objetivo examinar la relación entre el reconocimiento de provisiones y el desempeño ambiental, social y de gobernanza (ESG) de las empresas brasileñas que cotizan en bolsa. Utilizando un enfoque cuantitativo y regresión de panel, la investigación analiza 97 empresas que cotizan en B3, entre 2014 y 2022. Los resultados indican una relación positiva entre el reconocimiento de provisiones y el desempeño ambiental y de gobernanza. Las provisiones sociales están relacionadas positivamente con el desempeño social, mientras que las provisiones ambientales tienen una relación negativa con el desempeño ambiental, cuando se miden por su valor monetario, y positiva, cuando se miden mediante variables ficticias. Los resultados obtenidos pueden ayudar en la toma de decisiones sobre asignación de capital, considerando no solo aspectos financieros, sino también información voluntaria relacionada con el desempeño ESG.

Palabras clave: Reconocimiento de Provisiones; desempeño ESG; Divulgación

1 Introdução

A ascensão das pautas e discussões em torno do *disclosure* de informações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) ou, em inglês, *Environmental, Social and Governance* (ESG), tem sido observada no mercado financeiro. Isso se deve à percepção da necessidade de avaliar os impactos das atividades organizacionais e à cobrança dos *stakeholders* para obterem informações cada vez mais transparentes e condizentes com a realidade empresarial (Raimo et al., 2021; Christensen et al., 2022).

As divulgações de caráter voluntário referem-se a relatórios específicos, como os Relatórios Anuais, de Sustentabilidade, Relato Integrado, entre outros, e estão embasadas na tentativa de reduzir os conflitos de agência, minimizando a assimetria das informações e ampliando a confiabilidade do que está sendo reportado. Esses relatórios favoreceram a criação de *scores* (índices) ESG, cujo intuito é mensurar o desempenho das empresas em relação às divulgações voluntárias, envolvendo práticas ambientais, sociais e de governança (Martins & Cunha, 2022). Adicionalmente, é importante lembrar que os impactos ambientais, sociais e legais podem estar reconhecidos, também, nas Demonstrações Financeiras, por meio das provisões.

Nessa perspectiva, Ribeiro et al. (2019) concluíram que a provisão ambiental reconhecida no balanço é relevante para explicar o nível de *disclosure* ambiental, medido pelo *Environmental Disclosure Score* (EDS) da Bloomberg, com impacto pouco inferior ao fato de a empresa pertencer ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A partir dessa ilação, em estudo posterior, Ribeiro et al. (2022) concluíram que, entre empresas não potencialmente poluidoras, pertencer ao ISE é significativo para explicar o EDS, prevalecendo a teoria da imagem e, entre empresas potencialmente poluidoras, a materialidade das provisões ambientais é significativa para explicar o EDS, visando autolegitimação.

Em outras palavras, foi verificada uma associação entre o reconhecimento de provisões ambientais e o *score* que classifica o desempenho ambiental, independente se a motivação das empresas é preservar a imagem diante da existência de passivos ambientais ou legitimar a existência de tais passivos, por meio do *disclosure* ambiental medido pelo EDS. Entretanto, observa-se que Ribeiro et al. (2022) se dedicaram a avaliar apenas um pilar do ESG, e apenas um tipo de provisão (ambiental), ocasionando uma oportunidade para a continuidade das pesquisas nessa linha, incluindo, também, outras provisões que podem estar relacionadas ao desempenho ESG.

Essencialmente, as provisões são designadas como obrigações presentes com valores estimados, tendo uma provável saída de recursos para financiar as obrigações (Ribeiro et al., 2019; Bergamini, 2021). Na literatura, encontram-se estudos que se dedicaram a investigar variáveis (determinantes) que podem explicar o reconhecimento ou o *disclosure* das provisões, tais como: (i) governança corporativa (Acar & Ozkan, 2017); (ii) rentabilidade (Silva et al., 2018); (iii) tamanho, rentabilidade, endividamento, auditoria e governança (Barcelar et al., 2023).

Por sua vez, os determinantes do desempenho ESG (ou *scores* ESG) também têm sido alvo de estudos, como os de Drempetic et al. (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma et al. (2020), Elafify (2021), Rahman e Alsayegh (2021), Chung et al. (2024), Hmouda et al. (2024). Essas pesquisas concluíram que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, desenvolvimento econômico e social do país, desempenho financeiro e de mercado, alavancagem, independência e tamanho dos conselhos, empresa de auditoria e setor estão relacionadas com o desempenho ESG, ou *scores* ESG, dentro dos respectivos contextos analisados.

Como pode ser observado, a literatura demonstra que alguns determinantes das provisões coincidem com determinantes dos *scores* que classificam o desempenho ESG das empresas. Contudo, não foram encontrados estudos que abordaram essa perspectiva de maneira integrada, considerando uma possível relação entre o reconhecimento das provisões e o desempenho ESG. Este estudo é, portanto, uma oportunidade de identificar se o reconhecimento de provisões, o montante reconhecido ou sua materialidade seria mais um determinante do *score* ESG, de modo a legitimar a atuação das empresas.

Nesse contexto, considerando as três dimensões do *score* ESG (ambiental, social e governança), formula-se a seguinte questão de pesquisa: **qual a relação entre o reconhecimento de provisões e o**

desempenho ambiental, social e de governança das companhias listadas brasileiras? O objetivo deste estudo consiste em examinar a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança das companhias listadas brasileiras.

Este estudo avança no que diz respeito aos anteriormente desenvolvidos, ao propor analisar o relacionamento de todos os tipos de provisões reconhecidas nas empresas com o *score* ESG total (desempenho ambiental, social e de governança), como também, considerando os pilares individualmente. Essa proposição é uma tentativa de demonstrar se o desempenho ESG está sendo usado para legitimar a existência de passivos ambientais, sociais ou legais nas empresas.

A principal contribuição deste estudo, tanto em âmbito teórico como prático, reside na oportunidade de verificar se o reconhecimento de provisões por parte das empresas as levam a reportar práticas ESG, sobretudo em eventuais situações nas quais os riscos evidenciados nas demonstrações financeiras, por meio das provisões, são incompatíveis com o desempenho ESG. Mais especificamente, o estudo visa preencher uma lacuna na literatura correlata, ao dar foco nas maneiras pelas quais as informações financeiras (neste caso, as provisões) impactam as divulgações voluntárias, que englobam informações consideradas como não-financeiras.

Especificamente no âmbito prático, a análise aprofundada das informações contábeis e a avaliação do desempenho financeiro e não financeiro das empresas, notadamente por meio do reconhecimento de provisões no contexto ESG (ambiental, social e de governança), oferecem benefícios significativos para diferentes partes interessadas no mercado financeiro. Para os analistas, essa abordagem ampliada contribui com a compreensão acerca do desempenho das empresas, indo além dos indicadores tradicionais, e inclui aspectos sustentáveis e sociais nas avaliações.

No que tange aos investidores, denota-se que estes também se beneficiam das análises abrangentes propostas neste estudo, pois podem tomar decisões embasadas e alinhadas com seus próprios critérios de investimento sustentável. Abordar os impactos das provisões no desempenho ESG pode auxiliar a identificação de empresas que estão adotando práticas responsáveis e gerenciando riscos de forma eficaz, de modo a atrair investidores que valorizam tais aspectos.

Por fim, para os órgãos reguladores, a abordagem contemplada nesta pesquisa pode alimentar discussões sobre aprimoramentos nas políticas e normas contábeis, com foco na promoção de maior transparência e responsabilidade corporativa, como as que se referem à adoção obrigatória de normas para relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e a exigência de auditoria em tais relatórios. De maneira geral, os resultados também podem orientar as decisões empresariais, mediante a análise dos reflexos e impactos oriundos do reconhecimento de provisões no desempenho ESG.

2 Revisão da Literatura e Elaboração das Hipóteses

Conforme informações disponíveis no portal da plataforma LSEG Data & Analytics (2022), as ações corporativas, voltadas para os aspectos ambientais, sociais e de governança, são avaliadas para compor métricas de desempenho que correspondem aos *scores* ESG. O *score* ESG é formado por meio de uma avaliação abrangente das práticas e políticas de uma empresa em relação a questões ambientais, sociais e de governança. Esse processo envolve a coleta de dados detalhados sobre diversos critérios, como emissões de carbono, gestão de resíduos, políticas de diversidade, estrutura do conselho de administração, entre outros. Cada critério é ponderado conforme sua importância relativa, levando em consideração fatores como relevância setorial e impacto geral na sustentabilidade (LSEG Data & Analytics, 2022).

As empresas são avaliadas e pontuadas em cada critério, e as pontuações individuais são agregadas para criar uma pontuação ESG geral. Dessa forma, *scores* mais altos refletem melhor desempenho quanto a práticas ESG, ao passo que *scores* mais baixos refletem performance inferior. Essa pontuação reflete o compromisso da empresa com a responsabilidade social corporativa e permite comparações com outras organizações, auxiliando investidores e partes interessadas na tomada de decisões (LSEG Data & Analytics, 2022).

De acordo com Seow (2024), as partes interessadas, ou seja, os investidores, estão confiando nas divulgações ESG das empresas para avaliar seu desempenho ESG e elaborar estratégias para sua tomada de decisões de investimento. Em complemento, Martiny et al. (2024) afirmam que compreender os determinantes do desempenho ESG das empresas não é apenas um objetivo fundamental da área de gestão estratégica, mas também é fundamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais mais urgentes do mundo e garantir a sobrevivência do ESG.

As divulgações podem estar associadas a distintos fatores, uma vez que visam atender aos diversos usuários (Iudícibus, 2010). Dessa forma, variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento ou alavancagem, setor e governança corporativa são consideradas determinantes do nível de *disclosure* das companhias e, conseqüentemente, do desempenho ESG, pelas práticas ESG divulgadas.

No que se refere ao tamanho, há uma tendência de empresas maiores divulgarem mais informações do que as menores, isso porque as empresas maiores apresentam uma predisposição de terem mais exigências regulatórias ou buscarem legitimação perante os *stakeholders* (Ricardo et al., 2017; Borges, 2019; Dremptic et al., 2019), o que também vai impactar o *score* (desempenho) ESG. Por sua vez, Borges (2019) verificou que a rentabilidade está positivamente associada ao *disclosure*, assim como Sharma et al. (2020)

verificaram que a rentabilidade impacta o *score* ESG. Em outras palavras, empresas mais rentáveis tendem a divulgar mais informações para manterem ou melhorarem seu desempenho econômico ou ambiental, social e de governança.

Elafify (2021) identificou uma correlação positiva entre alavancagem e divulgação de sustentabilidade corporativa, assim como Borges (2019). No entanto, não há uma definição sobre a influência da alavancagem no *score* ESG, uma vez que Rahman e Absayegh (2021) encontraram uma relação positiva, ao passo que Sharma et al. (2020) e Crespi e Migliavacca (2020) identificaram uma relação negativa.

Patten (2002) identificou que entidades que possuem sensibilidade à legislação ambiental potencial tendem a apresentar maior nível de divulgação do que empresas de setores menos sensíveis ao meio ambiente. Logo, regulamentações específicas, priorização da reputação e sensibilidade aos *stakeholders* são alguns dos fatores que induzem as empresas determinados setores a apresentarem maior *disclosure* (Murcia & Santos, 2009; Consoni & Colauto, 2016), o que deve refletir no desempenho ESG. Por fim, ao se considerar a variável governança corporativa, alguns estudos revelam relação positiva com o nível de *disclosure*, expressando uma tendência de empresas listadas em segmentos que refletem maior governança corporativa (transparência), divulgarem mais informações (Murcia & Santos, 2009; Consoni & Colauto, 2016; Ribeiro et al., 2019), impactando positivamente o *score* ESG.

Como pode ser visto, embora haja estudos que discorreram sobre o *disclosure* voluntário de práticas ESG e de RSC, seus fatores determinantes e consequências econômicas, há uma carência no que tange à relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança das companhias. Nessa perspectiva, Ribeiro et al. (2019) investigaram, no período de 2010 a 2015, se a provisão ambiental, reconhecida no balanço, está positivamente associada ao nível de *disclosure* ambiental das empresas brasileiras do setor de energia elétrica, medido pelo *Environmental Disclosure Score* (EDS), um dos três componentes do ESG *disclosure score*, da Bloomberg. Ribeiro et al. (2019) encontraram que empresas maiores, com maior rentabilidade, pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e com provisão ambiental no balanço tendem a divulgar mais informações ambientais e concluíram que o fato de ter provisão ambiental reconhecida no balanço é relevante para explicar o nível de *disclosure* ambiental.

A partir dessa conclusão, em estudo subsequente (2010-2018), com empresas brasileiras não financeiras, Ribeiro et al. (2022) verificaram qual teoria melhor explica a motivação das empresas para o *disclosure* ambiental: a teoria da imagem (*proxy*: adesão ao ISE) ou a teoria da legitimação (*proxy*: materialidade de provisões para danos ambientais no balanço). Por esse prisma, Ribeiro et al. (2022) concluíram que, entre empresas não potencialmente poluidoras, pertencer ao ISE é significativo, prevalecendo a estratégia proativa de criar valor e diferenciação mediante *disclosure* ambiental (teoria da imagem) e, entre empresas potencialmente poluidoras, a materialidade das provisões ambientais é significativa, preponderando uma postura reativa de divulgar visando autolegitimação diante dos *stakeholders*, após danos provocados ao ambiente (teoria da legitimação).

A partir do estudo de Ribeiro et al. (2022), pode-se argumentar que aspecto importante a ser considerado em relatórios tidos como voluntários ou que contenham informações consideradas não financeiras é o seu alinhamento com as informações financeiras (obrigatórias). Isso implica dizer que não é coerente apresentar uma narrativa que evidencie preocupação com questões ambientais e sociais, caso as demonstrações contábeis revelem, por exemplo, elevado montante de passivos (provisões) ambientais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista que o desempenho ESG (*score*) é decorrente da transparência das empresas (divulgação) quanto às suas práticas ambientais, sociais e de governança, é esperado que esteja relacionado ao desempenho econômico-financeiro e vice-versa.

Pelo exposto, depreende-se que empresas com provisões reconhecidas tendem a divulgar mais informações sobre suas práticas ambientais, sociais e de governança, no sentido de uma compensação ou legitimação perante a sociedade ou o mercado. Com isso, é esperado que tais empresas tenham melhor desempenho ESG, motivo este que fundamenta as seguintes hipóteses:

H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ESG das companhias brasileiras listadas na B3.

H2: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.

H3: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.

H4: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao desempenho de governança das companhias brasileiras listadas na B3.

Adicionalmente, é possível apurar as provisões ambientais e aquelas que são consideradas sociais, como no caso das provisões previdenciárias (ou trabalhistas), cíveis e debenefícios a empregados. Desse modo, pode-se relacioná-las com os respectivos *scores* ambiental e social, partindo da mesma expectativa de que quanto maior o reconhecimento desses tipos de provisões, maior o desempenho (*score*) ambiental e social, como previsto nas hipóteses a seguir:

H5: o reconhecimento de provisões ambientais está positivamente relacionado ao desempenho ambiental das companhias brasileiras listadas na B3.

H6: o reconhecimento de provisões sociais está positivamente relacionado ao desempenho social das companhias brasileiras listadas na B3.

Não há suporte teórico ou na literatura para promover uma segregação, ou mesmo agrupamento, de determinados tipos de provisão que se caracterizariam como de governança, uma vez tal dimensão envolve elementos relativos à gestão e transparência. Nesse sentido, entende-se que a hipótese H4 supre, em linhas gerais, a análise almejada neste estudo.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Amostra e coleta de dados

A população da pesquisa contempla as companhias abertas brasileiras listadas na B3, no período de 2014 a 2022, que apresentaram *score* ESG na base LSEG Data & Analytics, totalizando 97 companhias. A justificativa para a determinação do período estudado está embasada na avaliação de dados publicamente disponíveis, sendo que somente a partir do ano de 2014 houve maior volume na divulgação do *score* ESG. Quanto ao ano de 2022 como término do período amostral, se deu em razão da coleta ter ocorrido no segundo semestre de 2023, quando ainda não existiam dados anuais mais recentes. A escolha pela base da LSEG Data & Analytics deve-se à acessibilidade.

Os *scores* ESG foram coletados mediante o acesso à base LSEG Data & Analytics, a qual deixa explícito que a pontuação ESG é obtida conforme a avaliação dos dados publicamente disponíveis e auditáveis, disponibilizados pelas empresas. Os temas principais, avaliados para ponderação dos cálculos, são alocados em categorias seguindo os três pilares do ESG. As pontuações ESG (*scores*) da LSEG Data & Analytics são projetadas para medir, de forma transparente e objetiva, aspectos referentes ao desempenho, ao comprometimento e à eficácia ESG de uma empresa (LSEG Data & Analytics, 2022).

Quanto às provisões, foram mensuradas de três maneiras. A primeira delas, pelo valor bruto total reconhecido. Embora possa gerar críticas, a utilização de métrica em valores absolutos em vez de relativos foi observada em estudos anteriores recentes sobre provisões, tais como Ribeiro et al. (2019), Oliveira et al. (2022) e Borges e Rover (2022). A justificativa para seu uso decorre da identificação da magnitude das provisões em termos monetários, o que pode ser útil para determinadas análises descritivas, como as expostas na Tabela 2. De qualquer forma, sabendo das limitações da variável, foram consideradas outras duas formas de mensuração: *dummy* que identifica as provisões reconhecidas e a representatividade do valor das provisões em relação ao total do ativo (Ribeiro et al., 2019; Ribeiro et al., 2022). Na Tabela 1, elenca-se as variáveis utilizadas nos modelos econométricos.

Tabela 1

Variáveis utilizadas nos modelos econométricos

Variável	Tipo de Variável	Proxy	Sigla	Efeito Esperado	Autores
ESG	Dependente	Desempenho ESG da empresa na LSEG, com base em dados reportados verificáveis de domínio público	ESG	N/A	Drempetic et al. (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma et al. (2020); Elafify (2021); Rahman e Alsayegh (2021); Chung et al. (2024); Hmouda et al. (2024)
Desempenho ambiental	Dependente	Desempenho ambiental da empresa na LSEG, com base em dados reportados verificáveis de domínio público	ENV	N/A	Crespi e Migliavacca (2020); Rahman e Alsayegh (2021); Chung et al. (2024); Hmouda et al. (2024)
Desempenho social	Dependente	Desempenho social da empresa na LSEG, com base em dados reportados verificáveis de domínio público	SOC		
Desempenho de governança	Dependente	Desempenho de governança da empresa na LSEG, com base em dados reportados verificáveis de domínio público	GOV		

Variável	Tipo de Variável	Proxy	Sigla	Efeito Esperado	Autores
Provisões	Independente	Valor monetário da provisão reconhecida pela empresa i no ano t	PROVT	(+)	Ribeiro et al. (2019)
	Independente	<i>Dummy</i> de valor "1" para empresa i que possui provisão no ano t ; e "0" caso não apresente provisão	PROV_D		Ribeiro et al. (2019); Ribeiro et al. (2022)
	Independente	Representatividade do valor total de provisão da empresa i no ano t , em relação ao valor total do ativo da empresa i no t , expresso em percentual	PROVT_AT		
Tamanho	Controle	Logaritmo Natural do Ativo	AT	(+)	Drempetic et al. (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma et al. (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021)
Rentabilidade	Controle	Lucro Líquido /Ativo	ROA	(+)	Elafify (2021); Chung et al. (2024)
	Controle	Lucro Líquido /Patrimônio Líquido	ROE	(+)	Em analogia ao estudo de Crespi e Migliavacca (2020)
Alavancagem	Controle	Passivo / Patrimônio Líquido	ALAV	(+)	Drempetic et al. (2019); Elafify (2021)
Setor	Controle	Vetor de variáveis <i>Dummy</i> que identifica os setores de atuação correspondentes das companhias da amostra	SETOR	(+)	Sharma et al. (2020); Chung et al. (2024)
Ano	Controle	Vetor de variáveis <i>Dummy</i> que identifica os anos de 2014 a 2022	ANO	N/A	Crespi e Migliavacca (2020); Chung et al. (2024)
Governança Corporativa	Controle	<i>Dummy</i> de valor "1" para empresa i listada no Novo Mercado no ano t ; e "0" para listagem em outros segmentos	SEG	(+)	Ribeiro et al. (2019)

N/A = não se aplica.

Como pode ser visto na Tabela 1, além das variáveis de interesse (desempenho ESG e provisões), foram tomadas variáveis de controle, identificadas na literatura. Destaca-se que a utilização conjunta do ROA e do ROE em um mesmo modelo permite uma avaliação mais abrangente e detalhada do desempenho econômico das empresas. Enquanto o ROA avalia a eficiência operacional da empresa em gerar lucro em relação aos ativos totais, o ROE mensura a rentabilidade em relação ao patrimônio líquido dos acionistas, o que fornece diferentes perspectivas sobre o uso dos recursos e a gestão da empresa. As provisões ambientais e as agrupadas como provisões sociais (previdenciárias, cíveis e benefícios a empregados) assumiram as mesmas configurações das provisões na Tabela 1.

3.2 Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e modelos de regressão com dados em painel, estimados com dados empilhados (*pooled*). Como tiveram dados ausentes ao longo dos anos para determinadas empresas, tem-se o painel desbalanceado. O modelo econométrico genérico para os testes realizados é representado na seguinte equação:

$$ESG_{i,t+1} = \beta_0 + \beta_1 PROV_{i,t} + \beta_2 AT_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 ROE_{i,t} + \beta_5 ALAV_{i,t} + \beta_6 SEG_{i,t} \sum_{j=1}^{10} \gamma_j * SETOR_j + \sum_{t=2014}^{2022} \theta_t * ANO_t + \varepsilon_{i,t}$$

Em que: *ESG* representa o *score* ESG; *PROV* representa as métricas utilizadas para mensuração das provisões; *AT* representa o logaritmo natural dos ativos totais; *ROA* representa o retorno sobre o ativo; *ROE* representa o retorno sobre o patrimônio líquido; *ALAV* representa o grau de alavancagem; *SEG* representa o segmento de listagem; *SETOR* representa os setores de atuação; *ANO* representa o ano; os coeficientes para as variáveis são dados por β , γ e θ ; *i* representa as empresas; *t* representa o período; *j* representa a categoria de setor; ε representa o termo de erro.

Para fins de robustez, como forma de tratar eventuais problemas decorrentes de endogeneidade, os modelos foram reestimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios, com a inclusão de variáveis instrumentais. As variáveis independentes de interesse, correspondentes ao valor absoluto das provisões reconhecidas, à relação entre o valor total da provisão reconhecida e o ativo total, e à *dummy* que identifica o reconhecimento de provisão, foram instrumentalizadas mediante defasagem temporal de primeira ordem, em conformidade aos procedimentos adotados por Borges (2022) e Santos (2022).

4 Apresentação e Análise de Resultados

4.1 Estatísticas descritivas

Na Tabela 2 é possível observar as estatísticas descritivas referentes aos tipos de provisões e *scores* ESG encontrados nas empresas no período em análise.

Tabela 2

Estatísticas descritivas das observações por tipo de provisão e scores ESG

Provisões	Média	Desvio padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
PPREV	181.950,81	360.477,65	0,00	23.279,85	2.563.658,47
PCIVI	151.182,26	513.789,89	0,00	6.492,83	5.641.418,31
PBENE	96.741,96	378.505,20	0,00	0,00	2.524.936,07
PAMBI	26.854,65	100.619,52	0,00	0,00	954.492,28
PROVT	3.715.358,76	16.336.946,43	0,00	60.6297,80	213.465.360,00
PROVT_AT	0,05	0,06	0,00	0,03	0,52
ESG	51,34	20,57	1,03	53,95	91,06
ENV	46,47	27,39	0,00	49,88	95,90
SOC	53,76	23,19	1,50	56,72	96,72
GOV	52,98	21,77	0,83	54,80	94,86

Notas: PPREV = provisões previdenciárias; PCIVI = provisões cíveis; PBENE = provisões para benefícios a empregados; PAMBI = provisões ambientais; PROVT = montante total de provisões; PROVT_AT = total de provisões em relação ao Ativo (%); valores em milhares de Reais, corrigidos pela inflação, exceto para PROVT_AT; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; N = 526.

Importante destacar que o montante total de provisões inclui, além das especificadas na Tabela 2, provisões para impostos, reestruturação e garantias. A análise das informações referentes ao total de provisões em relação ao ativo (%) revela uma faixa relativamente baixa de valores, atingindo um valor máximo de 0,52% e média de 0,05%. Esses resultados podem ser justificados pelo fato de a pesquisa englobar grandes empresas, nas quais as provisões ficam diluídas em relação ao tamanho do ativo.

Os *scores* ESG, ambiental, social e de governança apresentam variação considerável entre suas pontuações mínimas e máximas. Isso demonstra a diversidade de práticas e desempenhos entre as empresas analisadas. Além disso, observa-se que a média do *score* ESG (51,34) é positiva e está acima do ponto médio (50 pontos) da escala utilizada pela LSEG Data & Analytics, sugerindo que as empresas analisadas tendem a ter práticas e políticas alinhadas com critérios de sustentabilidade, responsabilidade social e boa governança.

4.2 Relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ESG

A relação entre as provisões, mensuradas pelo valor monetário, e o desempenho ESG revela aspectos sobre a gestão financeira e a responsabilidade corporativa das empresas, conforme evidenciado na Tabela 3.

Tabela 3

Provisões mensuradas pelo valor monetário e o desempenho ESG

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROVT	1,09E-06	1,18E-06	1,27E-07	2,11E-06***
AT	5,87***	7,84***	7,31***	0,41
ROA	0,20	0,22	0,27*	0,07
ROE	0,02	0,08	0,02	-0,04
ALAV	5,92E-04	6,33E-03*	-9,60E-04	-3,70E-03
SEG	10,49***	7,85***	9,68***	15,57***
Constante	-52,61**	-89,93***	-67,34***	31,33
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	2,00	2,00	2,00	2,00
R ²	0,29	0,34	0,28	0,15

Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROVT = provisão total; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância. Os resultados foram equivalentes em testes de robustez com variáveis instrumentais, estimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios.

No que tange às variáveis de interesse, o total de provisões demonstrou exercer efeito positivo somente no *score* de governança, sustentando a hipótese H4 para essa forma de mensuração das provisões. Isso significa que empresas com montante de provisões reconhecidas tendem a ter melhor desempenho de governança, ou seja, tendem a ter mais ações ligadas à transparência, responsabilidade e ética. As demais hipóteses (H1, H2 e H3) não foram suportadas para essa forma de mensuração das provisões.

Ao cotejar o achado com a literatura prévia exposta no referencial teórico, observa-se sua aderência ao documentado por Acar e Ozkan (2017). Acar e Ozkan (2017) demonstraram que o tamanho do conselho de administração influencia o reconhecimento das provisões. Desse modo, partindo-se do pressuposto de que o conselho de administração constitui dimensão da governança corporativa, o resultado exposto na Tabela 3, especificamente a relação positiva entre reconhecimento de provisões e *score* de governança, se mostra alinhado ao que preconiza o estudo anterior.

Ainda na Tabela 3, verifica-se que o tamanho da empresa apresenta relação positiva com o desempenho ESG. Ao se avaliar os aspectos de forma separada, denota-se que o tamanho da empresa apresenta uma relação positiva com o desempenho ambiental e social. Isso pode ser atribuído ao fato de que organizações maiores, geralmente, possuem mais recursos financeiros, tecnológicos e humanos para investir e divulgar práticas sustentáveis e responsáveis ambientalmente e socialmente. Portanto, o tamanho da empresa pode servir como um indicador de seu comprometimento com o desempenho ambiental e social.

A rentabilidade, medida pelo ROA, demonstra relação positiva somente com o desempenho social. O nível de governança corporativa, representado pelo segmento de listagem, mostra relação positiva com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança. Por sua vez, empresas mais alavancadas são as que apresentam melhor desempenho ambiental, mas não parecem ser aquelas com melhor desempenho ESG, social e de governança.

Esses achados corroboram os estudos acerca dos determinantes do *disclosure*, mais especificamente, dos determinantes do desempenho ESG, tais como, Dremptic et al. (2019), Crespi e Migliavacca (2020), Sharma et al. (2020), Elafify (2021), Rahman e Alsayegh (2021), os quais encontraram que variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade e alavancagem estão relacionadas ao desempenho ESG ou *scores* ESG. Em contrapartida, contrária, parcialmente, os resultados de Ribeiro et al. (2019) no que tange à governança corporativa, haja vista terem encontrado que pertencer ao segmento do Novo Mercado não tem efeito significativo sobre o *score* de divulgação ambiental.

Na Tabela 4, elucida-se a representatividade das provisões comparativamente ao ativo total e sua relação com o desempenho ESG. Os resultados apontam que, ao avaliar as provisões mensuradas pelo valor monetário, o montante total de provisões apresenta significância para o *score* governança, enquanto ao avaliar as provisões em relação ao ativo não se identifica efeito significativo para esse mesmo *score*, e sim para o *score* ESG de formal global e o ambiental. Em outras palavras, ao utilizar uma medida relativa de provisões, o resultado segue na linha de sustentação das hipóteses H1 e H2.

Tabela 4*Provisões em relação ao ativo e o desempenho ESG*

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROVT_AT	34,21**	59,70***	11,57	33,28
AT	6,88***	8,91***	7,42***	2,39*
ROA	0,17	0,17	0,26*	0,02
ROE	0,03	0,10*	0,02	-0,04
ALAV	6,34E-04	6,54E-03*	-8,96E-04	-3,87E-03
SEG	9,80***	7,27***	9,65***	13,99***
Constante	-69,09***	-108,28***	-69,42***	0,17
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,69	1,69	1,69	1,69
R ²	0,29	0,35	0,28	0,14

Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROVT_AT = provisão total em relação ao ativo; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância. Os resultados foram equivalentes em testes de robustez com variáveis instrumentais, estimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios.

Observa-se que o tamanho da empresa apresenta relação positiva com o desempenho ESG, assim como se mostra significativo quando da avaliação dos *scores* de forma individual nos pilares ambiental, social e governança. Outra particularidade observada no modelo econométrico consiste na avaliação do ROE, que apresentou significância para o *score* ambiental. No entanto, pondera-se que os resultados apresentados na Tabela 4, ao se considerar as variáveis ROA, alavancagem e governança corporativa, apresentaram o mesmo comportamento identificado na Tabela 3.

Finalmente, pondera-se que a existência de provisões reconhecidas pode influenciar o desempenho ESG de uma empresa. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 5.

Tabela 5*Existência de provisões e o desempenho ESG*

Variável	ESG	ENV	SOC	GOV
PROV_D	-2,92	-5,97	-5,73	3,45
AT	7,00***	9,13***	7,58***	2,33*
ROA	0,18	0,20	0,27*	0,04
ROE	0,01	0,07	0,02	-0,05
ALAV	2,74E-04	5,89E-03*	-1,17E-03	-4,02E-03
SEG	9,85***	7,45***	10,17***	13,38***
Constante	-66,96***	-104,15***	-66,44***	-0,77
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526	526
VIF médio	1,67	1,67	1,67	1,67
R ²	0,28	0,34	0,28	0,13

Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROV_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ESG = *score* ESG; ENV = *score* ambiental; SOC = *score* social; GOV = *score* de governança; VIF = Fator de Inflação de Variância.

Na Tabela 5, observa-se que não houve relações estatisticamente significativas quando considerada a variável de interesse provisão por uma *dummy*. Logo, a existência ou não de provisões reconhecidas, medida pela *dummy* de provisão, não está relacionada com o desempenho ESG, ambiental, social e de governança, impossibilitando inferências acerca das hipóteses para esta forma de mensuração das provisões. Para as variáveis de controle, os resultados desse modelo seguem na mesma linha de significância daqueles encontrados na Tabela 4.

Os resultados dessas análises contrariam, parcialmente, os achados de Ribeiro et al. (2019), que confrontaram as provisões ambientais com o *score* de *disclosure* ambiental. Ribeiro et al. (2019) encontraram que empresas com provisão ambiental no balanço tendem a divulgar mais informações ambientais, que a grandeza da provisão ambiental importa menos que sua presença no *score* de *disclosure* e que a *dummy* de provisão ambiental foi a segunda variável mais relevante para explicar o nível de *disclosure* ambiental.

4.3 Relação entre os tipos de provisões reconhecidas e os pilares ESG

Na sequência, foram analisadas as relações entre os tipos de provisões e os pilares que constituem a sigla ESG, concentrando-se nos aspectos ambientais e sociais. As provisões ambientais foram relacionadas ao pilar (desempenho) ambiental. Por sua vez, as provisões sociais, que, neste estudo, englobam as provisões previdenciárias, cíveis e de benefícios a empregados, foram associadas à dimensão (desempenho) social.

As provisões ambientais constituíram variáveis independentes de interesse separadamente em três modelos (provisão ambiental mensurada pelo valor monetário; provisão ambiental em relação ao ativo; e existência de provisão ambiental avaliada por *dummy*). Para os três modelos, a variável dependente foi o *score* ambiental. Os resultados das relações entre as provisões ambientais e o desempenho ambiental podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6

Provisões ambientais e desempenho ambiental

Variável	ENV	ENV	ENV
PAMBI	-8,03E-05**		
PAMBI_AT		-16,91	
PAMBI_D			5,78**
AT	9,01***	8,96***	8,77***
ROA	0,19	0,20	0,22
ROE	0,07	0,07	0,07
ALAV	4,84E-03	6,07E-03*	-7,80E-03**
SEG	6,75**	6,81**	7,36***
Constante	-107,14***	-106,96***	-105,71***
Ano	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526
VIF médio	1,68	1,66	1,69
R ²	0,34	0,34	0,34

Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PAMBI = provisões ambientais; PAMBI_AT = provisões ambientais em relação ao Ativo; PAMBI_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; ENV = *score* ambiental; VIF = Fator de Inflação de Variância. Os resultados foram equivalentes em testes de robustez com variáveis instrumentais, estimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios.

Infer-se que as provisões ambientais, quando mensuradas pelo seu valor monetário, apresentaram relação negativa com o *score* ambiental. Por outro lado, quando mensuradas pela *dummy*, a relação encontrada foi positiva. A razão entre provisões ambientais e o ativo total não foi estatisticamente significativa. A variação nos resultados das provisões ambientais sugere uma sensibilidade na relação entre o reconhecimento dessas provisões e o desempenho ambiental.

A interpretação negativa, ao se considerar o valor monetário, pode estar associada a eventuais despesas ou passivos ambientais, ou seja, em algumas situações as empresas podem inflar seus números e criar reservas excedentes para cobrir impactos ambientais futuros, o que pode afetar negativamente o desempenho ambiental da companhia. Já a interpretação positiva, quando avaliada pela variável *dummy*, pode indicar que a mera divulgação ou reconhecimento de tais provisões ambientais, mesmo sem considerar um valor monetário explícito, reflete uma postura transparente e comprometida da empresa com questões ambientais, impactando positivamente seu *score* nesse aspecto. Nesse sentido, existem evidências consistentes com a hipótese H5.

Esses resultados corroboram os achados de Ribeiro et al. (2019), reforçando que empresas que reconhecem provisões ambientais têm uma tendência a demonstrar nível mais elevado de divulgação ambiental. Assim, os estudos convergem na constatação de que a presença de provisões ambientais está positivamente associada a maior comprometimento das empresas em divulgar informações sobre questões ambientais.

Em se tratando das provisões sociais, estas constituíram variáveis independentes de interesse separadamente em três modelos (provisão social mensurada pelo valor monetário; provisão social em relação ao ativo; e existência de provisão social avaliada por *dummy*). Nos três modelos, a variável dependente foi o *score* social. Os resultados obtidos podem ser vistos na Tabela 7.

Como demonstrado na Tabela 7, os resultados indicaram que as provisões sociais, para as três formas de mensuração, mantêm relação positiva e significativa com o *score* social. Tais resultados indicam que as provisões previdenciárias, cíveis e de benefícios a empregados têm uma influência positiva no desempenho social das empresas. Isso sugere que o reconhecimento das provisões sociais, com implicações financeiras, motiva uma maior divulgação dos benefícios à sociedade, sendo interpretado como um

esforço de legitimarações corporativas e compensar litígios sociais, destacando os benefícios oferecidos à comunidade. Dessa forma, a hipótese H6 é suportada pelos resultados.

Tabela 7

Provisões sociais e desempenho social

Variável	SOC	SOC	SOC
PROVS	6,29E-06***		
PROVS_AT		151,17*	
PROVS_D			6,02***
AT	6,65***	7,57***	7,40***
ROA	0,30*	0,29*	0,27*
ROE	0,03	0,03	0,02
ALAV	1,30E-03	3,46E-04	1,21E-03
SEG	10,85***	10,05***	9,68***
Constante	-58,70***	-73,24***	-72,70***
Ano	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim
Obs.	526	526	526
VIF médio	1,81	1,68	1,67
R ²	0,29	0,29	0,29

Notas: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%; PROVS = provisões sociais; PROVS_AT = provisões sociais em relação ao Ativo; PROVS_D = provisão total por *dummy*; AT = Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; SEG = Segmento de listagem; SOC = *score* social; VIF = Fator de Inflação de Variância. Os resultados foram equivalentes em testes de robustez com variáveis instrumentais, estimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios.

4.4 Testes de robustez

Como forma de tratar eventuais problemas decorrentes de endogeneidade, foram conduzidos testes de robustez com a inclusão de variáveis instrumentais nos modelos, os quais foram estimados pelo método dos mínimos quadrados em dois estágios. As variáveis independentes de interesse, correspondentes ao valor absoluto das provisões reconhecidas, relação entre o valor total da provisão reconhecida e o ativo total, e a *dummy* que identifica o reconhecimento de provisão, foram instrumentalizadas mediante defasagem temporal de primeira ordem, em conformidade aos procedimentos adotados por Borges (2022) e Santos (2022). Os resultados reportados nas seções anteriores foram confirmados nos testes de robustez efetuados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi examinar a relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental, social e de governança (ESG) das companhias brasileiras listadas na B3, com dados no período de 2014 a 2022.

Observou-se que variáveis tradicionalmente empregadas em estudos acerca dos determinantes do desempenho ESG, tais como, tamanho (Drempetic et al., 2019; Crespi & Migliavacca, 2020; Sharma et al., 2020; Elafify, 2021; Rahman & Absayegh, 2021), rentabilidade (Crespi & Migliavacca, 2020; Elafify, 2021; Chung et al., 2024), alavancagem (Drempetic et al., 2019; Elafify, 2021) e nível de governança corporativa, representado pelo segmento de listagem (Ribeiro et al. 2019), apresentaram relação positiva estatisticamente significativa com o desempenho ESG ou com pelo menos uma de suas dimensões de desempenho (ambiental, social e de governança) nos modelos econométricos utilizados.

No que tange às variáveis independentes de interesse, relativas ao reconhecimento das provisões, os principais resultados indicam uma relação positiva entre o reconhecimento de provisões e o desempenho ambiental e de governança. As provisões sociais estão positivamente relacionadas ao desempenho social, enquanto as provisões ambientais apresentam uma relação negativa com o desempenho ambiental, quando mensuradas pelo seu valor monetário, e positiva, quando mensuradas por *dummies*. As evidências corroboram, parcialmente, os estudos de Ribeiro et al. (2019) e Ribeiro et al. (2022), no sentido de que empresas que reconhecem provisões ambientais estão mais propensas a demonstrar nível mais elevado de divulgação ambiental.

Esses achados oferecem informações para gestores e contadores, orientando decisões sobre reconhecimento de provisões e promovendo práticas transparentes de divulgação. No âmbito acadêmico, preenche uma lacuna, ao fornecer evidências empíricas sobre a relação entre reconhecimento de provisões e características corporativas, indo além dos aspectos de divulgação. Também amplia a literatura, ao adicionar as provisões, representando passivos de diversas naturezas, como ambientais, sociais e regulatórios, ao rol dos determinantes do desempenho ESG.

Como limitações deste estudo, verifica-se que os resultados são baseados em uma amostra específica de empresas listadas na B3 com *score* ESG, dentro de um período determinado, o que inviabiliza a generalização das conclusões para outros contextos. Além disso, as variáveis utilizadas podem não capturar

todos os possíveis determinantes do desempenho ESG, o que sugere a necessidade de considerar outras variáveis em pesquisas futuras. Outra limitação refere-se à falta de definição sobre quais provisões podem ser alinhadas à governança, o que limita a capacidade de estabelecer uma relação entre o reconhecimento de provisões e o desempenho de governança, destacando a necessidade de uma investigação mais profunda.

Ressalta-se que, para avançar nesse campo de pesquisa, seria interessante expandir a análise para incluir empresas de outros países ou mercados, a fim de verificar se os resultados obtidos são consistentes em diferentes contextos. Ademais, explorar outras métricas ESG e examinar como podem ser influenciadas pelo reconhecimento de provisões poderia enriquecer ainda mais a compreensão das relações entre práticas sustentáveis e contabilidade.

REFERÊNCIAS

- Acar, E., & Ozkan, S. (2017). Corporate governance and provisions under IAS 37. *EuroMed Journal of Business*, 12(1), 52-72. <https://doi.org/10.1108/EMJB-03-2016-0007>
- Bacelar, Y. M., Gordiano, C. A. S. G., Almeida, C., & Santos, J. G. C. (2023). Determinantes da evidenciação de provisões e passivos contingentes em empresas do setor de utilidade pública brasileiras. *Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 10(2), 98-114. <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2683>
- Bergamini, S., Jr. (2021). ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. *Revista Pensar Contábil*, (21), 46-54.
- Borges, B. C., & Rover, S. (2022). Provisões e passivos contingentes: Características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras. *Revista Mineira de Contabilidade*, 23(1), 21-32. <https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1328>
- Borges, D. M., Jr. (2019). Relatório de sustentabilidade e desempenho das firmas brasileiras de capital aberto. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-13. <https://doi.org/10.16930/2237-766220192779>
- Borges, D. M., Jr. (2022). Corporate governance and capital structure in Latin America: empirical evidence. *Journal of Capital Markets Studies*, 6(2), 148-165. <https://doi.org/10.1108/JCMS-03-2022-0010>
- Christensen, D., Serafeim, G., & Sikochi, A. (2022). Why is Corporate Virtue in the Eye of The Beholder? The Case of ESG Ratings. *The Accounting Review*, 97(1), 147-175. <https://doi.org/10.2308/TAR-2019-0506>
- Chung, R., Bayne, L. & Birt, J. L. (2024). Determinants of ESG disclosure among listed firms under voluntary and mandatory ESG disclosure regimes in Hong Kong. *Journal of Applied Accounting Research*, 25(4), 812-836. <https://doi.org/10.1108/JAAR-07-2022-0179>
- Consoni, S., & Colauto, R. D. (2016). Voluntary disclosure in the context of convergence with International Accounting Standards in Brazil. *Review of Business Management*, 18(62), 658-677. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v18i62.2242>
- Crespi, F., & Migliavacca, M. (2020). The Determinants of ESG Rating in the Financial Industry: The same old story or a different tale? *Sustainability*, 12(16), 6398. <https://doi.org/10.3390/su12166398>
- Drempetic, S., Klein, C., & Zwergel, B. (2019). The Influence of Firm Size on the ESG Score: Corporate sustainability ratings under review. *Journal of Business Ethics*, 167(2), 333-360. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04164-1>
- Elafify, M. G. (2021). Determinants of Corporate Sustainability Disclosure: The case of the S&P/EGX ESG index. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 5(1), 81-90. DOI: 10.28992/ijSAM.v5i1.301 <https://doi.org/10.28992/ijSAM.v5i1.301>
- Hmouda, A.M.O., Orzes, G., Sauer, P.C., & Molinaro, M. (2024). Determinants of environmental, social and governance scores: Evidence from the electric power supply chains. *Journal of Cleaner Production*, 471, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.143372>
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da Contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, M., & Cunha, M. F. (2022). A Relação da Divulgação das Práticas ESG com o Valor de Mercado das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In Congresso USP de Contabilidade, 22, São Paulo. *Anais [...] São Paulo: FEA/USP*, p. 1-21.
- Martiny, A., Tagliatela, J., Testa, F., & Iraldo, F. (2024). Determinants of environmental social and governance (ESG) performance: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 456, 1-25. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.142213>
- Murcia, F. D. R., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95. <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>
- Oliveira, M. C., Minatto, F., & Borba, J. A. (2022). “Nada é tão ruim que não possa piorar”: Efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 41(3), 1-17. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v41i3.57122>
- Patten, D. (2002). The relation between environmental performance and environmental disclosure: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 27(8), 763-773. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00028-4](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00028-4)

- Rahman, R. A., & Alsayegh, M. F. (2021). Determinants of Corporate Environment, Social and Governance (ESG) Reporting among Asian Firms. *Journal of Risk and Financial Management*, 14(4), 167. DOI:10.3390/jrfm14040167 <https://doi.org/10.3390/jrfm14040167>
- Raimo, N., Caragnano, A., Zito, M., Vitolla, F., & Mariani, M. (2021). Extending the benefits of ESG disclosure: The effect on the cost of debt financing. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(4), 1412-1421. <https://doi.org/10.1002/csr.2134>
- LSEG Data & Analytics. (2022). *Pontuações de ESG Refinitiv LSEG ESG Scores*. Disponível em <https://www.lseg.com/en/data-analytics/sustainable-finance/esg-scores>. Acesso em: 18 abr. 2024.
- Ribeiro, M. S., Santos, E. S., Fregonesi, M. S. F. A., & Cunha, L. M. S. (2019). A Influência da Ocorrência de Passivo Ambiental no Environmental Disclosure Score da Bloomberg. In XIII Congresso ANPCONT, 13, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPCONT, p. 1- 18.
- Ribeiro, M. S., Santos, E. S., Fregonesi, M. S. F. A., & Cunha, L. M. S. (2022). Nível de *disclosure* ambiental: postura proativa ou defensiva das empresas? *Revista de Administração de Empresas*, 62(3), 1-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020220311>
- Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90-104. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>
- Santos, J. E. (2022). Composição dos conselhos de administração, redes sociais corporativas e eficiência dos investimentos. *Revista Universo Contábil*, 18, 1-22. <https://doi.org/10.4270/ruc.2022106>
- Seow, R. Y. C. (2024). Determinants of environmental, social, and governance disclosure: A systematic literature review. *Business, Strategy and Environment*, 33(3), 2314-2330. <https://doi.org/10.1002/bse.3604>
- Sharma, P., Panday, P., & Dangwal, R. C. (2020). Determinants of environmental, social and corporate governance (ESG) disclosure: A study of Indian companies. *International Journal of Disclosure and Governance*, 17(4), 208-217. <https://doi.org/10.1057/s41310-020-00085-y>
- Silva, A. F. P., Araújo, R. A. M., & Santos, L. M. S. (2018). Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(52), 101-118. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2689>

NOTES

AGRADECIMENTOS

O Prof. Dermeval Martins Borges Júnior (Bolsista CAPES/Brasil) agradece o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: L. R. Soares, D. M. Silva

Coleta de dados: L. R. Soares, D. M. Silva, D. M. Borges Júnior

Data analysis: L. R. Soares, D. M. Borges Júnior

Discussion of results: L. R. Soares, D. M. Silva

Review and approval: D. M. Silva, D. M. Borges Júnior

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A

Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Denize Demarche Minatti Ferreira, José Alonso Borba e Carlos Eduardo Facin Lavarda

HISTÓRICO

Recebido em: 08/01/2025 – Revisado por pares em: 26/03/2025 – Reformulado em: 27/04/2025 – Recomendado para publicação em: 10/09/2025 – Publicado em: 15/12/2025